



## **DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE**

**DR. AUSTELINO CORREIA**

### **NA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 13 DE JANEIRO**

**Praia, 13 de janeiro de 2024**

Ao fazer uso da palavra nesta sessão solene comemorativa do **13 de Janeiro**, o “Dia da Liberdade e da Democracia”, as minhas primeiras saudações vão para todos os cabo-verdianos e as cabo-verdianas residentes nas ilhas ou espalhados pelos sete cantos do mundo.

A sessão solene que, hoje e aqui, se realiza, congrega mais uma vez, para connosco jubilar e refletir o percurso de 33 anos do Cabo Verde livre e democrático e as inerentes vicissitudes, tão distintas personalidades, todas, creio, comprometidas com a relevante missão de preservar a liberdade e a democracia e garantir o funcionamento do Estado de Direito Democrático, nas suas múltiplas e distintas facetas e proposições.

Trata-se de um ato simbólico, mas de elevado significado! E representa um privilégio e uma honra recair sobre esta Casa da Democracia o encargo de promover e acolher a sua realização. Assim, com um misto de entusiasmo e responsabilidade dirijo a todos vós, que se dignaram associar a esta sessão solene, as mais cordiais saudações e votos de boas-vindas da Assembleia Nacional de Cabo Verde, na plenitude da sua pluralidade.

Destaco a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, que não só confere particular solenidade ao ato, como também timbra a cimeira relevância do **13 de Janeiro** e dos valores que ele comporta. Os meus sinceros agradecimentos e reiterada expressão de respeitosos cumprimentos.



Também destaco a especial presença de Vossas Excelências o Senhor Primeiro-Ministro, o Presidente do Tribunal Constitucional e o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. A vossa presença é prova de diferencia à Assembleia Nacional e da importância do acontecimento que ora nos reúne aqui.

Saudações especiais ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral da OMS e agradecimentos por ter visitado o nosso país, por toda a cooperação entre a instituição que dirige e Cabo Verde e por estar aqui a vibrar connosco os valores da Liberdade e da Democracia.

Saúdo ainda os membros do governo aqui presentes, Sua Eminência Cardeal Dom Arlindo Furtado, o Senhor Superintendente Distrital-Sul da Igreja do Nazareno, os Presidentes dos Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e do Ministério Público e demais altos representantes de Tribunais, os antigos Presidentes da Assembleia Nacional, os Senhores Embaixadores e demais Representantes da Comunidade Internacional, todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas e os distintos convidados. A todos sem exceção.

**Senhor Presidente da República, Senhor**

**Primeiro-Ministro, Senhoras e Senhores**

**Deputados, Minhas Senhoras e meus**

**Senhores**

Aliada à Independência Nacional, a implementação da Democracia e do Estado de Direito Democrático em Cabo Verde é a maior conquista dos cabo-verdianos desde a descoberta deste nosso Cabo Verde.

Muitos de nós aqui presente lembramo-nos, ainda como se fosse hoje, da jornada iniciada a 13 de janeiro de 1991, quando, pela primeira vez na história do nosso país, tivemos a oportunidade de exercer o direito de voto em contexto de eleições pluripartidárias, livres,



diretas, secretas e transparentes, para a escolha dos nossos representantes na Assembleia Nacional, para pouco tempo depois repetirmos o mesmo exercício, para a escolha do primeiro Presidente da República de Cabo Verde Democrático e dos titulares dos órgãos autárquicos.

O momento foi importante e marcou uma etapa fundamental no percurso do nosso país e na construção da nossa história. Foram passos decisivos para que Cabo Verde tornasse, de facto, “uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e a inalienabilidade dos Direitos Humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça”, conforme viria estipular a Constituição de 1992, no seu artigo 1º, nº 1.

Efetivamente, a correlação entre a Dignidade da Pessoa Humana e a Democracia caracterizam toda uma movimentação ‘a montante’, que viria desembocar numa convocatória global à Nação cabo-verdiana para participar na importante marcha em prol da democracia e da liberdade, que teve lugar a 13 de janeiro de 1991.

É necessário olharmos o que aconteceu em Cabo Verde numa perspetiva endógena, ler os factos e as tendências ‘a montante’ e ‘a jusante’ ao 13 de janeiro de 1991, mas também, é preciso olharmos para o ambiente externo para percebermos que o 13 de janeiro contribuiu para a inclusão do nosso país num movimento internacional de universalização e consagração dos Direitos Humanos e da Dignidade da Pessoa Humana. Premissas que, de resto, encontram respaldo em Immanuel Kant, na sua teoria o “**Reino dos Fins**”.

Quando o legislador constitucional cabo-verdiano coloca a Dignidade da Pessoa Humana no epicentro da ossatura constitucional, ele convoca-nos, a todos, sem opção de escolha, a respeitar as Pessoas enquanto Seres Humanos, portadores de direitos, de faculdades e de liberdade.

É integrada nessa compreensão universal dos valores humanistas que devemos encarar o



**13 de Janeiro**, considerando que as premissas que estão na base desta celebração não podem ignorar a ‘marca de água’ da fundação da base social e política em que vivemos. Valores que devem acompanhar- nos sempre enquanto pessoas, enquanto políticos, enquanto decisores públicos, mas, também, enquanto líderes africanos, onde muitas vezes é necessário a convocação de tais valores para os ajustes e os equilíbrios que se impõem em prol do bem comum.

### **Excelências**

O Povo cabo-verdiano reafirmou no dia 13 de janeiro de 1991, a vontade de mudança de rumo. E mais de três décadas passadas, fica claro que a decisão tomada era aquela que conduziria o país ao progresso. Soubemos muito bem interpretar o significado da data! Não como um regalo obtido num ato de triunfo, mas, antes, como ponto de partida para arregaçarmos as mangas e ensaiarmos outros caminhos de construção do país, acelerando os passos, abrindo a sociedade e a economia, intensificando os diálogos com a nossa diáspora e o espaço internacional.

Reforçamos os instrumentos da cooperação internacional; abrimos a economia ao investimento direto estrangeiro; captamos novos parceiros de desenvolvimento; preservamos as relações históricas; valorizámos a nossa posição nas relações externas, segundo a premissa de um diálogo multilateral.

Enfim, elevamos os patamares de desenvolvimento e bem-estar dos cabo- verdianos.

***São conquistas e ganhos de todos os cabo-verdianos, graças à sapiência e valentia dos homens e mulheres das ilhas!***

Sapiência e valentia, em grande medida, frutos da aposta que o país sempre fez na educação desde a Independência Nacional e que veio a ser altamente incrementada nos anos 90 com a democratização e universalização do ensino secundário no país e a abertura do corredor internacional de formação universitária de quadros, permitindo que cabo-verdianos, com



ou sem bolsas de estudos, pudessem adquirir as suas formações superiores em vários países e continentes.

De salientar, também, a chegada do ensino superior transdisciplinar a Cabo Verde, no início da década de 2000, com a instalação de instituições desse nível ensino. Hoje, conseguimos formar, em algumas áreas, do pré-escolar ao doutoramento em Cabo Verde. Tudo graças a decisões políticas corajosas dos dirigentes, mas sem cujo espírito de entrega dos professores à causa, não seria possível.

Seja-me permitido, por isso, aproveitar o ensejo para encorajar o governo e os sindicatos representativos da classe docente a continuarem as negociações para uma solução justa e racional e no mais curto espaço de tempo possível, para a resolução dos problemas que a classe vem enfrentando, muitos deles há décadas. Acredito no bom senso e na responsabilidade e no sentido de estado das partes.

Afinal, celebrar o **13 de Janeiro** é, também, continuar as reformas no setor da educação, visando melhorar as condições do exercício da docência, como de resto foi feito nos primeiros anos subsequentes à efeméride, com destaque para a elaboração, aprovação e implementação do **1º Estatuto do Pessoal Docente**, no nosso país.

O percurso democrático de Cabo Verde tem sido, sistematicamente, bem avaliado por organismos internacionais cuja reputação é merecedora de confiança de entidades e países de solidez institucional inquestionável.

Apesar disso, não podemos ignorar que a resistência dos sistemas democráticos depende da nossa capacidade de combater muitos fatores que concorrem para a sua erosão. Na teia das relações internacionais, temos assistido a episódios que contrariam, de forma flagrante, o espírito que o **13 de Janeiro** ganha na nossa República. As guerras na Ucrânia e no Médio Oriente; os golpes de estado cíclicos e os conflitos armados que têm acontecido em vários pontos do continente africano; as instabilidades políticas que se tem registado ali e acolá na América Latina; o populismo exacerbado que tem conquistado adeptos em várias partes



do mundo; a corrupção; os ataques terroristas. Tudo isso contribui para a degradação do Estado de Direito Democrático, pondo em risco tudo aquilo que são os seus fundamentos. Não podemos, por isso, levantar com orgulho a bandeira da democracia se não levantarmos de cima do seu rosto o véu dessas ameaças.

A proteção e consolidação da Democracia é responsabilidade de todos que nela acreditam. E tem como esteio, antes de tudo, a estabilidade política interna.

***A estabilidade política é um ativo essencial e tem sido marca de Cabo Verde e fator crítico de desenvolvimento do país.***

O respeito entre os órgãos de soberania, mas também o respeito ao povo cabo-verdiano e às instâncias que operam no tecido da sociedade civil são fundamentais para reforçar a perenidade dessa estabilidade.

Por isso, cada vez mais, é necessário que a relação inter-órgão se faça de equilíbrios e de respeito mútuo. O **13 de Janeiro** clama pelo estabelecimento de relações interinstitucionais sólidas, equilibradas e baseadas no respeito recíproco. Relações de resto previstas pelo legislador constitucional, como bem ilustra o texto da Constituição da República de Cabo Verde, particularmente no nº 2 do seu Artigo 2º, estipulando expressamente que “a República de Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana de governo, a democracia pluralista, a separação e a interdependência dos poderes, ...”.

O legislador poderia fazer menção apenas à **separação de poderes**, para mostrar que cada órgão de soberania tem uma esfera de competências próprias, que a exerce com autonomia. Porém, introduziu o elemento **interdependência**, para nos avisar que os poderes são **separados**, mas **interdependentes**.

***Os órgãos de soberania não são uma espécie de ilhas fechadas. Cada órgão não é uma ilha que faz o que bem entender!***

O objetivo é permitir que no exercício do poder político e na relação entre os órgãos tutelares desse poder seja assegurado ‘check and balance’. O respeito mútuo entre os órgãos de



soberania, pelo menos não mais do que nos impõe a Constituição da República, é uma obrigação de todos os representantes desses órgãos e só engrandece e fortalece as instituições democráticas. Assim, o ato de reconhecer o papel, a importância, o lugar, as atribuições e as competências de outros órgãos e promover a cooperação institucional não se trata de operações de divisão e de subtração.

Antes pelo contrário, consubstancia-se em operações de soma e de multiplicação, que só nos acrescentam valor, nos engrandecem como país, nos reforçam como Nação e nos robustece como Estado.

Afinal somos um pequeno Estado insular em desenvolvimento, desprovidos de matéria-prima de alto valor económico e industrial, fustigados por secas cíclicas severas, muito dependentes da cooperação internacional. Felizmente elegemos a Democracia, o Estado de Direito Democrático e a Estabilidade Política o nosso *Diamante da Nação*. E temos o dever de os preservar, sob pena de criarmos sérios problemas ao país e, particularmente à geração vindoura.

Preservar esses valores é para nós garantia do desenvolvimento sustentável, pois, elemento de ponderação máxima da quase totalidade dos apoios que recebemos dos nossos parceiros de desenvolvimento.

O que concorre para a eleição do nosso país às ajudas orçamentais, aos apoios e financiamentos para o investimento, às parcerias nos mais diversos setores, são o alinhamento, a convergência normativa e política com os nossos parceiros, o respeito que granjeamos e a nossa capacidade de concertação na arena internacional, bem como a partilha com os nossos parceiros, dos mesmos valores e princípios democráticos.

A título de exemplo, a seleção de Cabo Verde para o **3º compacto do Millennium Challenge Corporation** deve-se, como é óbvio, ao indispensável papel do Governo na organização do dossier de candidatura e de toda a diplomacia inerente, mérito que deve ser reconhecido sem reservas, mas deve-se, também, e em grande medida aos requisitos que antes referi.



Por isso, Cabo Verde deve continuar a apostar numa Democracia de forte relação e de cooperação interinstitucional enquanto pedra angular para a estabilidade política. Devemos todos trabalhar para que cada instituição do Estado seja forte e eficaz. Isso cria confiança nos cidadãos, nas empresas, nos parceiros internacionais, nos turistas que nos visitam e nos potenciais investidores que procuram plataformas económicas politicamente sólidas para alocarem os seus investimentos.

O Parlamento cabo-verdiano, enquanto segundo órgão de soberania, tem tido excelentes relações institucionais com todos os demais órgãos de soberania: com o Presidente da República, com o Governo e com o Poder Judicial. E vamos tudo fazer para que assim continuemos, a bem de Cabo Verde.

Para terminar, queria agradecer, vivamente, a todos pela atenção dispensada. Espero que o espírito do **13 de Janeiro** permaneça vivo em nós; que seja sempre um espírito de Liberdade, de Democracia e de Respeito pela Dignidade da Pessoa Humana.

Que cultivemos a Democracia, a Liberdade e o Desenvolvimento na Cooperação Séria entre os Órgãos do Estado e na Parceria Sólida com o Povo, as Famílias, a Sociedade Civil, as Empresas, as Confissões Religiosas, os Parceiros de Desenvolvimento, os nossos Interlocutores nas Instâncias Internacionais.

Que o **13 de Janeiro** continue, em 2024, tão radiante como em 1991. Que seja sempre o farol para os projetos de transformação de Cabo Verde.

Viva o **13 de Janeiro**! Viva a

**Liberdade!**

Viva a **Democracia**! Viva

**Cabo Verde!**

Muito obrigado.